

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NEOLIBERALISMO E O PROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o papel da mídia como sujeito fundamental

Frednan Bezerra dos Santos ¹

Julia Iara de Alencar Araújo ²

Thayanny Lopes do Vale Barros ³

RESUMO

O artigo discute o processo das políticas públicas à luz do neoliberalismo que se caracteriza como oposição ao keynesianismo o qual, enquanto ideologia, imprime a sua lógica sobre todas as relações sociais, captura as políticas sociais e promove a avaliação. Assim, a avaliação enquanto processo fundamental nas políticas públicas nasce com o viés neoliberal, mas, conforme Silva (2013), tem potencial crítico e transformador. Dentre os sujeitos do processo das políticas públicas, destaca-se o papel das mídias que influenciam a opinião pública e constroem agendas de acordo com os interesses dos seus financiadores.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Políticas Públicas; Mídia.

ABSTRACT

The article discusses the process of public policies in the light of neoliberalism, which is characterized as opposition to Keynesianism which, as an ideology, imprints its logic on all social relations, captures social policies and promotes an evaluation. Thus, an evaluation as a fundamental process in public policies is born with a neoliberal bias, but, according to Silva (2013), it has critical and transformative potential. Among the subjects of the public policy process, the role of the media that influence public opinion and build agendas according to the interests of their funders stands out.

Keywords: Neoliberalism; Public policy; Media.

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE/UFMA) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA); frednan.santos@gmail.com

² Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). julia.iara@discente.ufma.br

³ Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). thayannydovale@hotmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O nosso pano de fundo para o debate sobre o processo das políticas públicas é o neoliberalismo. Assim, realizamos um esforço de síntese sobre o neoliberalismo e logo em seguida discutimos o processo das políticas públicas a partir do marco da pesquisa avaliativa.

O neoliberalismo surge como oposição ao keynesianismo, em especial à sua manifestação enquanto sistema de seguridade social, mas com o objetivo principal de inclinar o “pêndulo” da luta de classes manifesta no conflito entre trabalho e capital para o lado do segundo, ampliando os mercados e a acumulação. Enquanto ideologia, ele imprime a sua lógica sobre todas as relações sociais, captura as políticas sociais e reduz a avaliação a um processo de aferição de eficiência.

A avaliação, enquanto processo fundamental nas políticas públicas, nasce com viés neoliberal, mas, conforme Silva (2013), tem potencial crítico e transformador. Assim, o processo das políticas públicas deve ser pensado a partir de referencial teórico adequado para a análise crítica, que permita compreender as contradições e os sujeitos que constroem o conteúdo das políticas.

Dentre os sujeitos do processo das políticas públicas, destacamos o papel da mídia, que influencia a opinião pública e constrói agendas de acordo com os interesses dos seus financiadores.

2 NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: o processo das políticas públicas

A ascensão do neoliberalismo ocorre na segunda metade do século XX e para Montes (1999) está relacionada à recessão da década de 1970 e aos “choques do petróleo”, que proporcionaram o espaço para o resgate da doutrina liberal nos países centrais do capitalismo. Assim, se encerrava o período mais próspero do capitalismo industrial que se iniciou na década de 1930 e teve como pensamento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

hegemônico a doutrina fundada por Keynes e as políticas keynesianas alicerçadas na geração de demanda.

Anderson (1995), ao fazer o seu “balanço do neoliberalismo”, destaca que ele se diferencia do liberalismo clássico do século XIX e demarca o seu nascimento no pós-Segunda Guerra como oposição ao keynesianismo. Ressalta também que se expressa de forma mais contundente na oposição aos sindicatos, imputando a estes os principais problemas da economia, tendo como objetivo destruir o Estado de Bem Estar Social (EBES).

Não faz parte do escopo do presente trabalho discutir o EBES, mas cabe ressaltar que ele não foi construído sem luta, ou seja, deve-se considerar a luta de classes e o contexto da Guerra Fria, que presumia a necessidade dos governos dos países capitalistas ocidentais de impedir qualquer levante da classe trabalhadora. Logo, se trata de um processo histórico e geograficamente determinado que, para Montes (1999), não se explica somente pelas políticas keynesianas, e sim pelos ciclos de longo prazo da acumulação capitalista.

Para Anderson (1995), a crise da década de 1970 foi fundamental para a adoção do receituário neoliberal, obtendo sucesso em alguns dos seus “objetivos econômicos”, como o controle inflacionário e a recuperação das taxas de lucro. Mas, foi insuficiente para recuperar as taxas de crescimento econômico e produziu forte concentração de renda, sendo que a desigualdade “[...] aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários.” (ANDERSON, 1995, p. 15).

Na década de 1990, período marcado por importantes transformações, tanto no contexto mundial, como no nacional, temos, dentre as principais transformações a nível nacional, objeto desta comunicação, uma intensa e abrupta abertura comercial fundamentada no Consenso de Washington.

A partir de Batista (1994), podemos afirmar que o Consenso de Washington abrangeu dez áreas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma

PROMOÇÃO



APOIO



tributária; privatização; liberalização financeira; liberalização comercial; investimento externo estrangeiro; desregulação dos mercados; propriedade intelectual e regime cambial.

Destacamos que Oliveira (1995), em diálogo com Anderson (1995), indica o Plano Real como principal expressão da política neoliberal no Brasil:

O receituário do Plano pode ser reconhecido, quase ponto por ponto, em todas as características [do neoliberalismo]. Sua letalidade entre nós tem duas poderosas facetas: a primeira é a mais evidente, pois, enquanto a economia se recupera, o social piora. [...] Entretanto, a letalidade maior do neoliberalismo entre nós vai noutra direção, ataca por outro lado. Ele é mutante, tal como o vírus da Aids. (OLIVEIRA, 1995, p. 26).

Para Oliveira (1995), o neoliberalismo enquanto conteúdo do Plano Real atacou as bases da esperança: “Destrói o princípio de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não tem memória” (OLIVEIRA, 1995, p. 27).

Para Montes (1999), o neoliberalismo se trata de um corpo teórico que sustenta posições ideológicas que se propagam como verdades absolutas, através de um instrumental teórico lógico que permite uma argumentação fácil e contundente, a fim de interditar qualquer debate. Sendo assim, no plano interno é a teoria econômica neoclássica (e seu instrumental) que dá fundamentação, e no plano externo é a teoria clássica do liberalismo econômico.

Montes (1999), em sua leitura sobre as instituições criadas no pós-guerras para supostamente garantir a paz e o desenvolvimento das nações, destaca que não contribuíram de forma substantiva para a criação de uma nova ordem internacional, mas, sim, para a liberalização dos mercados e a supressão das políticas keynesianas. Mas,

Se nas metrópoles capitalistas foi necessário Keynes para justificar modificações necessárias para a sobrevivência do sistema, em nenhum momento surgiu a mesma preocupação para impor um pouco de ordem no mundo [...]. (MONTES, 1999, p. 94, tradução nossa).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cabe ainda chamar atenção para a visão do autor sobre o papel da teoria, sendo ela “[...] uma arma na luta ideológica que serve para dominar e interpretar a realidade” (MONTES, 1999, p. 43, tradução nossa).

Para Draibe (1993), o neoliberalismo aplicado às políticas sociais busca descentralizar, privatizar e focalizar os programas e políticas sociais, sendo esse tripé a base das reformas propostas que visam à construção do “Estado Mínimo”, sendo o mercado “[...] o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação dos recursos, a redução do Estado (do seu tamanho, do seu papel e de suas funções) é o mote e o móvel dessa ideologia [...]” (DRAIBE, 1993, p. 89).

Para os liberais, mas claramente para nossos contemporâneos neoliberais e conservadores, a renda mínima (em geral e na sua versão em dinheiro) expressa uma dada concepção do papel do Estado, que deveria oferecer tão somente aos desfavorecidos **um certo grau de segurança social**, a política social sendo então pensada de modo **residual**, apenas complementar àquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares e da comunidade. (DRAIBE, 1993, p. 94, grifos nossos).

A apologia ao Estado mínimo volta a ser objetivada através de privatizações de empresas e serviços públicos, ou seja, do uso e incorporação dos serviços sociais como espaço de mercantilização e lucro, trazendo para esses serviços a lógica e a racionalidade privadas, além de um severo “ajuste fiscal” que limita o gasto social e, logo, o alcance das políticas públicas.

O avanço da lógica neoliberal produtivista e excludente que se sucedeu na sociedade brasileira, principalmente na década de 1990, impôs sérias dificuldades para a construção do EBES no Brasil, inscrito na Constituição Federal de 1988, que, para o ex-presidente José Sarney, “[...] não cabe no orçamento do Brasil” (pronunciamento por ocasião da sua posse como presidente da república), frase que se tornou célebre e marco do processo de enfrentamento, por parte das elites econômicas e seus representantes, à construção do EBES no Brasil.

Para Oliveira (1999), seja como for, a crise fiscal dos Estados Nacionais é, hoje, um dado a ser considerado, independentemente de quais sejam suas reais causas. A essa crise fiscal se soma a perda de capacidade regulatória desses

PROMOÇÃO



APOIO





mesmos Estados Nacionais, mas não podemos deixar de analisar criticamente a crise fiscal que desestrutura políticas públicas e a capacidade de intervenção estatal, mas amplia seus gastos com pagamento de juros, dentre outras formas de financiamento do capital.

Assim, destacamos que o discurso neoliberal da crise fiscal do Estado é um marco importante quando falamos da avaliação sob a perspectiva histórica, pois, conforme Silva (2020), o desenvolvimento da teoria e prática da pesquisa avaliativa tem o seu desenvolvimento nos Estados Unidos da América e na Europa, na década de 1960, quando o pensamento neoliberal já ganhava espaço, propondo políticas de austeridade e a impressão da lógica do mercado nas políticas públicas.

Na década de 1970, a literatura indica o desenvolvimento de um novo estágio, centrado na utilização pragmática da avaliação para os processos decisórios. A síntese dos estágios embrionários da avaliação possibilitou o avanço à dimensão política na concepção de avaliação, o que implica “[...] perceber a pesquisa avaliativa mais que mera aplicação de métodos e procedimentos técnicos” (SILVA, 2020, p. 232).

Por fim, cabe destacarmos que o neoliberalismo, com sua força esmagadora, imprimiu e solidificou as bases de um “novo” Estado avesso ao Estado keynesiano, com uma lógica privatista universalizante, que se fundamenta no princípio de ampliação do mercado e do processo de acumulação capitalista. Assim, ressaltamos a importância da avaliação para além da lógica da eficiência preconizada pela racionalidade neoliberal e identificamos relevante papel desempenhado pela mídia na conformação e reprodução dos interesses do Capital.

2.1 A pesquisa avaliativa no processo das políticas públicas

No Brasil, é somente a partir da redemocratização que a temática da avaliação obtém maior interesse, sobretudo na década de 1990, com a adesão à agenda neoliberal, momento em que a avaliação adquire status de exigência, em

especial, por conta dos compromissos do governo brasileiro com agências multilaterais. É nesse contexto que a dimensão política é “substituída” por uma perspectiva gerencial/técnica alinhada à ideologia neoliberal.

No entanto, vozes dissonantes não deixaram de existir e, dentre essas, destacamos Silva (2013), que entende a avaliação como instrumento de mudança social ao construir conhecimento com compromisso e inserida nas lutas sociais.

Esse pressuposto orientador se ergue a partir de um referencial metodológico que entende a avaliação de políticas e programas sociais como determinado por múltiplas determinações o que exige a análise dialética das suas dimensões, com destaque para as dimensões técnica e política, e indica que a metodologia de avaliação de uma política ou programa deve ser construída de forma flexível.

A dimensão política, que entendemos como central, exige descortinar a realidade a partir do método “dialético/histórico”, que nos permite a captura dos processos contraditórios da sociedade.

Assim, para Silva (2013), o estudo do processo das políticas públicas está focado em responder como tais políticas são formuladas, implementadas e avaliadas. Para tanto, o ponto de partida são as “situações problema” que, por pressão social, podem transformar-se em problemas sociais “merecedores” de atenção do poder público. Mas, de qualquer forma:

[...] é importante considerar que um problema político não ocorre simplesmente. Para que aconteça é necessário que sujeitos políticos utilizem determinadas estratégias de ação no sentido de influenciar indivíduos, grupos organizados de interesse, planejadores organizacionais, candidatos, partidos políticos, legisladores, burocratas e, principalmente, a mídia. Nesse sentido, pode-se falar em estratégias de estabelecimento de agenda setting. (SILVA, 2013, p.23).

Ainda de acordo com Silva (2013), a questão central é a tomada de decisão sobre o que será considerado objeto da ação do poder público, sendo assim incluído na agenda pública. Mas, destacamos que conforme a autora a “não decisão”, ou seja, o esquecimento, bloqueio de determinados problemas que não

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



entram no debate público e assim ficam fora das agendas não é algo que ocorre ao acaso.

Mas, tomada a decisão de incluir um objeto no rol das ações da agenda governamental, cabe analisar o processo de implementação dos programas e ou políticas. Portanto, é fundamental definir, de forma clara, o que Silva (2013), entende por implementação: “[...] a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas preestabelecidos, tendo em vista obter resultados pretendidos”. (SILVA, 2013, p. 26)

Silva (2013), destaca que durante o processo de implementação, decisões relevantes são tomadas, resultando em alterações no curso e nas estratégias iniciais, buscando alcançar objetivos determinados. Para a autora, não podemos dissociar o processo de implementação da avaliação e destaca que a política pública, desde a sua formulação, envolve mobilização e alocação de recursos, trabalho e poder, em um ambiente marcado por interações entre sujeitos com interesses diversos e incertezas sobre processos e resultados.

Arretche (2001), corrobora com Silva (2013) e afirma que não é razoável supor que uma política ou programa pode ser implementados integralmente como foi desenhado, para a autora o processo de implementação transforma as políticas. Sendo que a definição da estratégia para Arretche (2001) é uma escolha entre alternativas possíveis, logo cabe ao pesquisador tomar a decisão dos caminhos a seguir a partir dos seus objetivos, mas sem perder de vista que um mesmo objetivo pode ser atingido de várias formas.

Desse modo, a decisão estratégica tomada reflete preferências do tomador de decisão, e pode ser contrariada por aqueles que executam a política, ou seja, um programa é o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos sujeitos, que podem convergir ou divergir.

Silva (2013) defende que avaliação é necessariamente atribuir valor, julgar politicamente uma ação. Assim, a pesquisa avaliativa é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa que visam apreender a concepção, o desenho, o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processo de implementação e objetivos de programas e políticas sociais através de metodologias científicas, com o objetivo de julgar e modificar/aperfeiçoar as várias etapas do processo de construção das ações.

Contudo, a avaliação também é um instrumento que pode ser utilizado por segmentos sociais organizados para fortalecer a pressão sobre o Estado em busca de direitos sociais. Logo, existe um caráter político fundamental na avaliação que se materializa na possibilidade de controle social das políticas públicas.

3 A MÍDIA ENQUANTO SUJEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, problematizaremos a dupla e ampliada função da mídia no atual contexto, seja na disputa pela hegemonia, seja pela expansão mercadológica potencializada pela mídia e a relação intrínseca destas relações com o processo das políticas públicas a partir do marco avaliativo.

A fim de situar este debate numa abrangência conceitual mais ampla, refletindo introdutória e brevemente a articulação da mídia e as disputas no interior da cultura, gostaríamos de estabelecer a mídia como âmbito constituído por uma complexa cadeia de “comunicações”, que Helena Martins (2020) configura no plural pela densidade de determinações e disputas que ocorrem neste âmbito. As comunicações englobam uma rede de gêneros e linguagens comunicacionais (redes sociais, sistemas de radiodifusão, complexos informacionais e tecnológicos, etc.), e englobam também diversas perspectivas de forma e conteúdo em torno do processo de produção e difusão – projetos de comunicação que disputam narrativas e formatos. A ação midiática nos parece uma ampla rede que conecta sistemas produtivos com enorme impacto econômico e cultural. São verdadeiros poderios econômicos na exata medida em que se configuram eficientes na disputa hegemônica.

Para ilustrar este impacto econômico e cultural referido acima, nos valem dos estudos sobre Indústria Cultural, formulados por Adorno e Horkheimer (2002),

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

escrito em 1944, que já expressavam a preocupação dos autores com o potente poder de formação de consenso e obediência, de padronização de linguagens, valores e comportamentos em escala massiva, nas transformações promovidas pela inserção do rádio e cinema na produção cultural na América e na Europa. Os autores identificam o surgimento de um complexo industrial cultural, de guerra, e problematizam consequências de longo prazo como implicações do fetichismo sobre a produção cultural (norte americana, fascista e nazista) em escala global sob as bases de produção do capitalismo, para eles: uma crescente e mistificadora regressão dos sentidos humanos, incluindo o discernimento político e uma profunda incorporação de instrumentos autoritários de controle social e ideologia.

Esta noção de um sistema de produtivo na cultura é muito importante, pois os autores percebiam que se formava naquela experiência social uma autoridade e legitimidade hegemônica da mídia burguesa sobre os receptores-consumidores da produção cultural dominada pela Indústria Cultural, na mesma medida em que essa grande rede midiática se expandia como enorme potencialidade econômica. O rádio, para eles, é um tipo especial de produto “democrático” num sistema de difusão massivo e eficaz para fins mercantis e ideológicos:

Chesterfield é apenas o cigarro da nação, mas o rádio é o seu porta-voz. Incorporando completamente os produtos culturais na esfera das mercadorias, o rádio renuncia a colocar como mercadoria os seus produtos culturais. Ela não cobra do público na América taxa alguma e, assim, assume o espectro enganador de **autoridade desinteressada e imparcial**, que parece feita sob medida para o fascismo. Daí o rádio se tornar a boca universal do Führer; e a sua voz, nos alto-falantes das estradas, vai além do ulular das sirenes anunciadoras de pânico, do qual a propaganda moderna dificilmente pode-se distinguir. (ADORNO, HORKHEIMER, 2002, p.62, *grifos nossos*).

Ao adaptar toda a produção cultural economicamente interessante numa estratégia também moduladora das personalidades e consensos, a Indústria Cultural instrumentalizaria assim o capitalismo para se adaptar com muita eficácia às suas reestruturações produtivas e a canalizar esse complexo cultural em seu favor na condução do senso comum, no mínimo para causar confusão,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

polarizações, fanatismos, e deixar difusos os grandes problemas sociais de uma época. Em nosso próprio tempo histórico, além do rádio, as redes sociais, a imprensa e a TV aberta também são tidos como espaços democráticos, porta-vozes da agenda pública, como veremos a seguir. A arte, a imaginação, a audição, a filosofia, a política serão fatores supra influenciados sob esta lógica.

Martins, traz exemplos de como esse instrumental experimentado e implementado pela consolidação da Indústria Cultural durante a I e II Guerra Mundial se adaptou às necessidades históricas do capital e como atualmente em nossa sociedade se colocam como aparatos produtivos absolutamente necessários e poderosos do capitalismo, onde se aprofundam uma relação de alienação e manipulação na cultura:

A mercantilização da vida avança, assim, por meio de processos distintos, mas complementares: a digitalização, a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo, processo que tem sido chamado de datificação da sociedade, a modulação de comportamentos e a ampliação da vigilância. Centrais nesse processo, as plataformas digitais tornaram-se agentes de destaque no sistema capitalista. Tais companhias caracterizam-se por conectar diferentes grupos (como anunciantes e consumidores), funcionar a partir da captura e da utilização de dados pessoais (informações como localização e perfis dos participantes daquela relação) e de forma automatizada, em geral organizada por meio de algoritmos. (MARTINS, 2020, p. 16)

Para não perdermos de vista que há uma unidade entre a estratégia econômica e ideológica, Martins traz ainda dados importantes para ilustrarmos o poderio econômico das grandes empresas de tecnologia e comunicações, todas integrantes ou complementares aos complexos da Indústria Cultural:

Dados da Forbes (2019) apontam que as cinco marcas mais valiosas do mundo são todas do setor de tecnologia: Apple (avaliada em US\$ 206 bilhões), Google (US\$ 167,7 bilhões), Microsoft (US\$ 123,5 bilhões) e Amazon (US\$ 97 bilhões) ocupam as quatro primeiras posições. Todas ampliaram em mais de 20% seu valor em um ano. A quinta é o Facebook, que passou por retração entre 2018 e 2019. A empresa foi a única entre as dez maiores a sofrer desvalorização, alcançando US\$ 88,9 bilhões, 6% menos em relação ao ano anterior. Denúncias de atuação política, uso ilegal de dados pessoais, proliferação de notícias falsas e migração de usuários para outras redes foram fundamentais para isso. (MARTINS, 2020, p. 17)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Destarte, Silva (2013) ao descrever os principais sujeitos do processo das políticas públicas, destaca a mídia, “[...] que assume relevante papel no que se refere à visibilidade dos problemas sociais”. (SILVA, 2013, p. 29).

Tal ponto nos remete à necessidade de fazer alguns apontamentos sobre o papel da mídia enquanto instrumento de controle/manipulação da opinião pública. Assim, destacamos a leitura de Noam Chomsky (2014) que descreve o processo de “construção da opinião” utilizando como exemplo o governo dos EUA na Primeira Grande Guerra. No início, a “opinião pública” era contra a entrada no conflito europeu. Mas, em seis meses, o governo norte americano conseguiu “virar o jogo”, com a estratégia de construir um inimigo. Estratégia vitoriosa que foi mantida ao longo das décadas pelo governo estadunidense.

Todavia, esse contexto se modificou no final do século XX, com o advento da revolução das comunicações representada pela rede mundial de computadores (internet), que, para Castells (1991), “[...] constituem a nova morfologia social das atuais sociedades, e a difusão da lógica de rede modifica substantivamente a operação e o resultado dos processos produtivos, experiência, poder e cultura”. (CASTELLS, 1991, p. 497)

Assim, esse novo contexto nos permite dialogar com Couto (2007), que apresenta, a partir de Habermas, as categorias fundamentais para a compreensão da esfera pública burguesa:

Para o autor, a existência dos meios de comunicação (mídia) enquanto empresas comerciais; o advento da publicidade comercial (submetida a interesses), em contraposição ao seu conceito original de publicização (tornar público) de opiniões e informações; o surgimento das relações públicas com interesses difusores de mensagens publicitárias, sejam comerciais ou políticos, que direcionam o pensamento, influenciando a opinião pública. (COUTO, 2007, p. 68).

Couto (2007), partindo da leitura de Gramsci, afirma que os meios de comunicação estão imbricados com a construção da hegemonia, fundamental para a manutenção do poder político. Afirma ainda que a imprensa é a “parte mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dinâmica da estrutura ideológica”, pois pode fazer parte dela tudo aquilo que tem a possibilidade de influenciar a opinião pública.

Penteado e Fortunato (2015) destacam a centralidade da mídia nas relações sociais contemporâneas que pode ser percebida em diversos campos na sociedade, com destaque para a política, que mesmo possuindo uma dinâmica com particularidades sofre influência dos meios de comunicação.

Ainda de acordo com os autores:

Através dos veículos de comunicação, as ideias, ações e discursos ganham importância (conhecimento) perante a sociedade, criando espaços de disputas simbólicas (discurso político) que a afetam como um todo. Nesses espaços, ocorrem disputas pela hegemonia política e a fabricação de um consenso como forma de dominação política estruturada na capacidade de persuasão. (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 133).

A agenda pública é construída e determinada historicamente em constante interação com os sujeitos sociais, sendo a agenda midiática fundamental tanto por seu poder de influência na opinião pública, quanto por seu caráter desigual em termos de poder de representação. Em outras palavras, o poder dos grupos de maior hegemonia econômica é impresso nas suas pautas.

O século XXI, com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), trouxe uma verdadeira revolução nas interações sociais com impactos ainda pouco compreendidos, mas algumas questões podem ser apontadas com relativa segurança: primeiro o domínio e concentração de poder exercido pelas grandes corporações sobre os conteúdos, forma e dinâmica do acesso às informações e padrões de interação social. A segunda é a democratização do acesso à informação e à produção de conteúdo, que são elementos de grande potencial, mas sem perder de vista o seu caráter mercadológico.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa avaliativa é extremamente rica, permitindo entender o processo das políticas públicas sem perder de vista o contexto no qual essa se insere: a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ideologia neoliberal, que se constitui como oposição ao keynesianismo, não por seu conteúdo “salvador do capitalismo”, mas por sua lógica estatista. Portanto, a doutrina neoliberal objetiva a liberalização dos mercados, em busca da aceleração da acumulação em nível global e a destruição dos EBES.

O processo das políticas públicas deve ser apreendido a partir da pesquisa avaliativa, que, segundo as indicações de Silva (2013), podem imprimir uma lógica oposta à neoliberal e contribuir para o controle social e fortalecimento das lutas da classe trabalhadora. No entanto, evidencia-se o processo de construção das agendas governamentais a partir de um dos seus principais sujeitos, a mídia. Esta é dominada por grandes grupos econômicos que imprimem suas pautas e buscam, a partir da construção da opinião pública, o domínio da agenda governamental aliada a uma grandiosa estrutura de disputa hegemônica.

Ressaltamos que a agenda pública está imbricada à agenda da mídia, sendo que as questões destacadas pelos veículos de comunicação, pelas plataformas de conteúdo e redes sociais e pela Indústria Cultural ganham evidência no debate público e logo exercem pressão sobre os gestores públicos.

Destarte, destacamos o papel do neoliberalismo enquanto ideologia dominante que baliza a construção das agendas das políticas públicas, bem como a concepção de avaliação, sendo assim fundamental a desconstrução de paradigmas e atenção à escolha metodológica quando se pretende contribuir com a luta das classes subalternas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Horkheimer, Max. A indústria Cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: **Indústria Cultural e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PROMOÇÃO



APOIO





ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001, p.43-56.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 2. ed., São Paulo: PEDEX, 1994. (Caderno Dívida Externa, n. 6.)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA: Propaganda política e manipulação**, tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís, 2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. 2007. 242 f.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, n. 17. São Paulo: Editora da USP, 1993.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MONTES, Pedro. **El desorden neoliberal**. Madri: Editorial Trotta, S.A., 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia**. Petrópolis, Vozes, 1999.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 129-141, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos, 2ª ed. São Paulo: Veras, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Por uma Teoria Crítica para Instrumentalidade Profissional do Serviço Social na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato. **Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social**, 24. Ed. Nova Práxis Editorial, 2020, p. 231-254.